

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo

E-mail portomar@atribuna.com.br

Telefone 2102-7269

PORTO & MAR

CARLOS NOGUEIRA - 25/04/2019

Calado do Porto será discutido no RJ

Comitiva do CAP de Santos encontrará diretoria da Marinha

MATHEUS MÜLLER

DA REDAÇÃO

A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha, no Rio de Janeiro, receberá uma comitiva do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Santos para discutir a questão da homologação de calado (o limite da profundidade que a parte submersa da embarcação pode atingir) no complexo marítimo. A informação é do setor de comunicação da Armada. O encontro ainda não teve a data marcada.

Reunindo representantes da comunidade portuária, o CAP deseja que a competência para a autorização e oficialização dos testes comprovando as profundidades do canal de navegação do Porto e, consequentemente, aos limites de calado seja transmitida à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp).

A princípio, o Conselho

tinha convidado o diretor do DHN, o vice-almirante Antonio Fernando Garcez Faria, para participar de uma reunião do colegiado em Santos, mas devido a outros compromissos sua presença não foi confirmada. A comunidade portuária espera essa transição de responsabilidades para dar maior agilidade às documentações.

A demora na emissão das autorizações do calado chegou a até sete meses, segundo Eliezer Giroux, delegado regional da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) e coordenador da Comissão para Acompanhamento da Agenda Temática (CAT) do CAP.

A comunicação da Marinha informou que a Capitania dos Portos fará a intermediação do encontro. Ao mesmo tempo, a Autoridade Marítima ressaltou que compete ao Centro

de Hidrografia da Marinha (CHM), organização subordinada à DHN, a análise dos dados dos Levantamentos Hidrográficos (LH), realizados por órgãos ou entidades (empresas) não pertencentes à Marinha. Somente após essa avaliação e eventual autorização é que os dados são enviados à Codesp para que ela determine o calado.

O CAP propõe que as análises da documentação sejam feitas pela Codesp, o que, de acordo com o conselho, traria agilidade ao processo. Em nota, a Autoridade Portuária diz estar “aberta a discutir todas as iniciativas que possam dar mais celeridade à validação do LH para homologação dos calados operacionais do Porto de Santos”.

A Codesp, no entanto, aponta que a transição de responsabilidades é uma “discussão embrionária” e,



Limite da profundidade que a parte submersa da embarcação pode atingir é um dos desafios do CAP

portanto, continua como atribuição legal da Autoridade Marítima. “Pela Lei dos Portos 12.815, de 2013, cabe à administração do porto estabelecer e divulgar o calado máximo de operação dos navios, em função dos levantamentos batimétricos”, informou a Docas.

PRIORIDADE

O delegado da ABTP informou, em matéria publicada em 4 de junho, que os pedidos de homologação de calado no País são envia-

dos ao DHN e entram em uma fila comum. Na ocasião, ele disse que “se há algum conflito nos dados, o processo volta e depois é preciso pegar a fila novamente. Tudo isso é perda de tempo”.

A Marinha nega que isso ocorra. “Ao dar entrada no CHM, os LH são priorizados em função da relevância dos dados para a segurança da navegação e para a atualização de documentos náuticos, não sendo tratados, indiscriminadamente,

conforme a ordem de chegada”.

A Autoridade Marítima acrescenta que o tempo de resposta está condicionado à qualidade dos dados encaminhados. “A ocorrência de inconsistência técnica acarreta pedido de esclarecimentos à empresa executante do LH, implicando em atraso na análise”. Diante das novas informações, o documento volta para avaliação mediante a disponibilidade de profissional.